

Ata da Reunião Ordinária de abril de 2026 do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná – CEPCT/PR

Ao vigésimo nono dia do mês de abril de dois mil e vinte e seis, em primeira chamada (início às nove horas), o Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCT/PR se reuniu em formato híbrido, presencialmente na Sala de Situação (4º andar) no Palácio das Araucárias e online pelo link do meet: meet.google.com/ngp-jofx-ttu, para a realização da 2ª Reunião Ordinária do ano, convocada por meio do Ofício Circular n.º 003/2026, que apresentou como expediente: 1) Abertura e Boas-Vindas da Presidente; 2) Apreciação e aprovação da pauta; 3) Aprovação das atas de dezembro de 2025, fevereiro e março de 2026; 4) Informes Gerais; 5) Informes da Secretaria Executiva; 6) Relato das Câmaras; 7) Comunicação do início das atividades referentes à elaboração de Estudos Ambientais e Anteprojeto da pavimentação da PR-405, no trecho: Cacatú – Guaraqueçaba; 8) Plano estadual de povos e comunidades tradicionais do Paraná; 9) Participação dos suplentes nas reuniões presenciais; 10) Curso de Direitos Étnico e Coletivo – IFPR; 11) Dragagem na baía de Paranaguá - CPLI; 12) Podas de árvores na PR 405 (Município de Guaraqueçaba e Ilhas); 13) Coletas de resíduos (lixo) – Ilha do mel (Encantadas e Brasília); 14) PL Código Florestal (atualização da legislação florestal estadual); 15) Fórum Paranaense de Turismo Religioso; 16) Ausência de resposta do IAT das demandas (SEUC, Fiscalização, ARESUR); 17) Acompanhamento de protocolos sem retorno e garantia de resposta institucional; 18) Situação das Comunidades Quilombolas de Palmas/PR; 19) Regularização fundiária e atuação do INCRA; 20) Acesso a políticas públicas essenciais nos territórios quilombolas; 21) Educação quilombola e implementação de diretrizes curriculares específicas; 22) Definição de encaminhamentos jurídicos e institucionais; e 23) Encerramento. Registro de participantes: **Conselheiros Governamentais:** Ellen Cunha do Nascimento (Secretaria de Estado da Cultura – SEEC); Sandra Aparecida da Silva (Secretaria de Estado da Educação – SEED); Renata Himovski Torres (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP); Gustavo Henrique Mussi Augusto (Casa Civil – CC); Douglas Henrique Novelli (Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU); Hayanne Giovana Iovanovitch; Felipe Kamaroski; e Pollyanna Medeiros (Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI); Maria Regina dos Santos (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento

– SEAB); Renê Wagner Ramos (Secretaria de Estado da Ciência, Ensino Superior e Tecnologia – SETI); Rosane Souza Freitas (Secretaria de Estado da Saúde – SESA); e Dhyeisa Lumena Rossi (Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística – SEIL).

Conselheiros da Sociedade Civil: Laysmara Carneiro Edoardo (Povos de Terreiro); Silvana Rodrigues Quintilhano (Povos de Terreiro); Jean Gonçalves Barreto (Quilombolas); Rosemary Ferreira da Silva (Quilombolas); Marilei de Fatima Ferreira Gonsalves (Faxinalenses); Dimas Gusso (Faxilaneses); Ana Maria dos Santos (Benzedeiras); Misael Jeferson Nobre (Ilhéus); José Ribeiro da Silva (Ilhéus) e Claudio de Andrade Corrêa (Pescador Artesanal). Ausências justificadas: Representação de povos ciganos: Tatiane Emilia Camargo Iovanovitchi. **Convidadas/os:** Ana Carolina Brolo de Almeida - CAOPJDH/MPPR; Ana Carolina Pinto Franceschi - CAOPJDH/MPPR; Gabriela Tatibana - CAOPJDH/MPPR; Camille Vieira da Costa (Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial da Defensoria Pública Estadual – NUPIER/DPE); Luís Henrique Zanon Franco de Macedo - Representando Novo Porto Terminais Portuários; Franciele de Souza/ equipe representante do Novo Porto terminais Portuários; Vivian Araújo (Assessoria Ambiental DER/PR); Rodrigo Luiz Freitag (Assessor Ambiental DER/PR); Maria Emília Accioly (Consórcio STE/Engemin - Est. Ambientais - PR 405); Igor Shimura (Associação Povo de Adelaide); Marcelo Soares Carvalho (Associação Povo de Adelaide); Cainã de França Carvalho (Associação Povo de Adelaide); e Ivan Soares Carvalho (Associação Povo de Adelaide). **Ouvintes:** Michele Gonçalves; Ge Figueiredo Cunha; Caroline Fátima das Chagas Rocha; Luara Krishna Caron; e Maria Karolina Silva Magalhaes (Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa - SEMIPI).

Secretaria Executiva: Gloria Christina de Souza Cardozo (SEMIPI). A Sec. Gloria Cardozo, procedeu à verificação de quórum, sendo constatado, na primeira chamada, quórum suficiente para o início dos trabalhos. **1) Abertura e Boas-Vindas da Presidente:** A Presidenta Laysmara Carneiro Edoardo deu as boas-vindas às pessoas conselheiras, convidadas e demais participantes presentes de forma presencial e virtual. Registrou a participação de convidados externos na reunião e informou sobre a possibilidade de apresentação, ainda durante a plenária, de representante de empreendimento relacionado ao município de Paranaguá, em pauta de interesse das comunidades caiçaras. Por fim, desejou um bom dia de trabalho a todos e todas, destacando a importância da continuidade dos debates e encaminhamentos do Conselho. **2) Apreciação e aprovação**

da pauta: A pauta foi apresentada pela Secretaria Executiva e submetida à apreciação do colegiado. Foram aprovadas as inclusões dos seguintes pontos: isenção de taxas e autorizações municipais para realização de atividades religiosas em espaços naturais; apresentação do projeto Campanha Cultura da Vida, desenvolvido no âmbito da cooperação entre a SEMIPI e o Instituto Pluribrasil; realização de reunião interconselhos entre os conselhos vinculados à DIRPCT; situação dos flutuantes no município de Porto Rico; construção de piers comerciais e industriais em Paranaguá; reunião sobre a dragagem do Canal de Paranaguá e respectiva Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI); cobrança de pedágio incidente sobre a Comunidade Quilombola da Restinga, no município da Lapa; e demandas relacionadas ao Faxinal Mato Preto Paiol, também no município da Lapa. Foi ainda ajustada a redação do ponto referente ao acompanhamento de protocolos sem retorno, passando a contemplar o acompanhamento de demandas sem resposta e a garantia de devolutivas institucionais. Com as inclusões e ajustes apresentados, a pauta foi aprovada por unanimidade, passando à seguinte organização:

- 1) Abertura e Boas-Vindas da Presidente;
- 2) Apreciação e aprovação da pauta;
- 3) Aprovação das atas de dezembro de 2025, fevereiro e março de 2026;
- 4) Informes Gerais;
- 5) Informes da Secretaria Executiva;
- 6) Relato das Câmaras;
- 7) Comunicação do início das atividades referentes à elaboração de Estudos Ambientais e Anteprojeto da pavimentação da PR-405, no trecho: Cacatú – Guaraqueçaba;
- 8) Plano estadual de povos e comunidades tradicionais do Paraná;
- 9) Reunião interconselhos dos conselhos de povos racializados vinculados à DIRPCT (CEPI, CONSEPIR e CEPCT);
- 10) Apresentação do projeto “campanha cultura da vida” (cooperação SEMIPI - Instituto Pluribrasil);
- 11) Participação dos suplentes nas reuniões presenciais;
- 12) Curso de Direitos Étnico e Coletivo - IFPR;
- 13) Dragagem na baía de Paranaguá - CLPI com Luis Henrique;
- 14) Podas de árvores na PR 405 (Município de Guaraqueçaba e Ilhas);
- 15) Coletas de resíduos (lixo) - Ilha do mel (Encantadas e Brasília);
- 16) PL Código Florestal (atualização da legislação florestal estadual);
- 17) Fórum Paranaense de Turismo Religioso;
- 18) Ausência de resposta do IAT das demandas (SEUC, Fiscalização, ARESUR);
- 19) Acompanhamento de demandas sem retorno e garantia de resposta institucional;
- 20) Situação das Comunidades Quilombolas de Palmas/PR;
- 21) Regularização fundiária e atuação do INCRA;
- 22) Acesso a políticas públicas essenciais nos territórios quilombolas;
- 23) Educação quilombola e implementação de diretrizes curriculares específicas;
- 24)

Definição de encaminhamentos jurídicos e institucionais; 25) Flutuantes de Porto Rico; 26) Construção de Piers comerciais e industriais em Paranaguá; 27) Reunião de 30/04 sobre o Porto de Paranaguá CLPI; 28) Cobrança de pedágio no quilombo da restinga; 29) Isenção de Taxas e Autorização de prefeituras para Atividades Religiosas em Espaços Naturais (Praias e Cachoeiras); 30) Demandas do município de Lapa - Faxinal Mato Preto Paiol; e 31) Encerramento. Foi registrada sugestão das pessoas conselheiras para disponibilização da pauta impressa nas reuniões presenciais, visando facilitar o acompanhamento dos trabalhos e a realização de anotações, ficando a Secretaria Executiva incumbida de adotar as providências necessárias para atendimento da demanda nas próximas reuniões. Em razão da presença dos convidados, a plenária deliberou pela inversão da pauta para apreciação prioritária do item referente à apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e do anteprojeto de engenharia da pavimentação da PR-405, conduzida por representantes do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR) e do Consórcio SE – EIA/RIMA PR-405. **7) Comunicação do início das atividades referentes à elaboração de Estudos Ambientais e Anteprojeto da pavimentação da PR-405, no trecho: Cacatú – Guaraqueçaba:** Durante a exposição, foram apresentados os objetivos do empreendimento, o escopo dos estudos ambientais e de engenharia em desenvolvimento, as etapas do licenciamento ambiental, os levantamentos previstos e as ações relacionadas à realização da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) junto às comunidades tradicionais potencialmente impactadas. Também foram apresentados os territórios inicialmente considerados nos estudos e os principais elementos de infraestrutura abrangidos pelo projeto. Na sequência, as pessoas conselheiras debateram a abrangência das comunidades potencialmente afetadas pelo empreendimento e registraram a existência de trabalho anteriormente realizado por representantes da sociedade civil vinculados ao Conselho e ao Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais de Guaraqueçaba, que promoveu reuniões e levantamentos junto a 26 comunidades potencialmente impactadas pela pavimentação da rodovia. Durante o debate, foram relatados os custos assumidos pelas representações comunitárias para a realização dessas atividades, sem que houvesse, até aquele momento, ressarcimento das despesas efetuadas. Também foi discutida a necessidade de recuperação e sistematização da documentação produzida no âmbito dessas ações, bem como sua

utilização para subsidiar os processos de Consulta Livre, Prévia e Informada relacionados ao empreendimento. Por fim, foram debatidos os mecanismos de participação das comunidades tradicionais no processo de licenciamento ambiental e a importância da articulação permanente entre o Conselho, o DER, o consórcio responsável pelos estudos e as representações comunitárias locais. **Parecer da plenária:** Definição do Conselheiro Marcelino de Borba Neto como ponto focal para articulação junto ao DER e Consórcio SE – EIA/RIMA PR-405 em continuidade das ações da CLPI; Resgate da documentação relativa às ações da CLPI pelo Conselho; Envio da documentação relativa ao caso para o MPPR; e Informe do Conselho posteriormente ao consórcio e ao DER quanto a atuação das representações da sociedade civil Jean Gonçalves Barreto, Marcelino de Borba Neto e Claudio de Andrade Corrêa, em ação de CLPI junto às 26 comunidades locais visando o ressarcimento dos custos. **3) Aprovação das atas de dezembro de 2025, fevereiro e março de 2026:** A Secretaria Executiva informou que as minutas das atas das reuniões realizadas em dezembro de 2025, fevereiro de 2026 e março de 2026 foram encaminhadas previamente às pessoas conselheiras para apreciação. Registrou-se a necessidade de adequações pontuais de redação e correções materiais identificadas nas atas de dezembro de 2025 e fevereiro de 2026, sem prejuízo ao conteúdo das deliberações registradas. Não havendo outras manifestações, as atas foram aprovadas pela plenária, com as correções indicadas, para posterior publicação no Diário Oficial do Estado e disponibilização no sítio eletrônico do Conselho. **4) Informes Gerais:** A Conselheira Ana Maria dos Santos, representante do segmento de benzedeadas e benzedores, informou sobre tratativas realizadas junto ao Município relacionadas à preservação e valorização da memória local. Relatou que foram estabelecidos contatos para viabilização de parceria destinada à produção de documentário sobre a história da Cruz da Menininha, registrando a disposição da Secretaria Municipal de Cultura em colaborar com a iniciativa. Informou ainda diálogo mantido com o Prefeito Municipal acerca da instalação de portal de identificação e valorização do local, manifestando a expectativa de que a ação seja implementada em prazo razoável. Por fim, sugeriu o acompanhamento institucional da demanda pelo Conselho, visando contribuir para sua efetiva concretização. A Presidenta Laysmara Carneiro Edoardo informou sua participação, em representação ao CEPCT/PR, no Fórum Nacional Inter-religioso de Combate à Intolerância Religiosa, realizado em Foz do Iguaçu, destacando os debates

relacionados ao enfrentamento da intolerância religiosa e à construção de compromissos institucionais voltados à promoção da liberdade religiosa. A Conselheira Rosemary relatou sua participação, juntamente com representantes do segmento cigano, na 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, realizada em Brasília, registrando preocupações quanto às condições de hospedagem, alimentação e ressarcimento de despesas enfrentadas por participantes do evento. Em decorrência do relato, foi sugerido o encaminhamento de manifestação institucional ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA. A Conselheira Ana Maria dos Santos, representante do segmento de benzedeadas e benzedores, informou sua participação em duas etapas de atividade nacional realizada em Brasília voltada à construção de proposta de política nacional para proteção, valorização e promoção das plantas medicinais e dos conhecimentos tradicionais associados. Registrou a relevância da iniciativa para o reconhecimento das práticas tradicionais de cuidado desenvolvidas pelas comunidades tradicionais e destacou a importância da participação dos segmentos envolvidos na formulação dessa política pública em âmbito nacional. A Conselheira Lucimar, representante da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, divulgou a campanha de vacinação contra a influenza e reforçou a importância da imunização dos grupos prioritários, bem como informou a distribuição de material educativo voltado ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Por fim, foi divulgado pelo Conselheiro Gustavo Mussi, representante da Casa Civil, divulgou o curso de Desenvolvimento Territorial do Paraná Produtivo, promovido pela Secretaria de Estado do Planejamento, sendo informado que a iniciativa contempla ações voltadas à geração de renda e ao fortalecimento dos territórios, incluindo Povos e Comunidades Tradicionais.

5) Informes da Secretaria Executiva: A Secretaria Executiva apresentou informes sobre as tratativas em andamento junto aos órgãos competentes visando aperfeiçoar os fluxos da Central de Viagens para atendimento das especificidades dos conselhos de direitos, bem como sobre o compartilhamento de material técnico destinado a subsidiar esse debate. Na sequência, foi apresentado relatório de monitoramento e sistematização dos ofícios e encaminhamentos deliberados pelo CEPCT/PR no período de agosto de 2024 a fevereiro de 2026, elaborado pela estagiária Gê Figueiredo, em atendimento à solicitação da plenária. O documento consolidou dados quantitativos e qualitativos relativos às demandas acompanhadas pelo Conselho, abrangendo a tramitação dos ofícios

expedidos, os segmentos atendidos, os territórios envolvidos, as instituições acionadas e as principais temáticas tratadas ao longo da gestão. Durante a apresentação, foram destacados os temas mais recorrentes acompanhados pelo Conselho, entre eles produção de dados e planejamento de políticas públicas, direitos territoriais e Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), educação e reconhecimento cultural, regularização e proteção dos povos de terreiro, direitos das comunidades ciganas, acesso a políticas culturais, proteção das comunidades tradicionais e acesso a serviços públicos essenciais. Também foram apresentados dados referentes à distribuição territorial das demandas e à atuação institucional do Conselho junto aos diferentes entes e órgãos públicos. As pessoas conselheiras registraram reconhecimento à qualidade técnica do relatório e destacaram sua relevância como instrumento de monitoramento, planejamento, memória institucional e qualificação das ações do CEPCT/PR. Foi ainda ressaltada a importância da utilização dos dados produzidos para subsidiar futuras estratégias de atuação do Conselho, bem como a necessidade de dar publicidade aos resultados alcançados durante a gestão. Ao final, deliberou-se pela disponibilização do relatório às pessoas conselheiras e pela continuidade dos debates acerca de seus resultados em reuniões futuras, incluindo sua utilização como subsídio à elaboração do relatório final de gestão do CEPCT/PR.

6) Relato das Câmaras: 6.1 - Câmara da Educação, Direitos Humanos e Patrimônio Cultural: Ofício n.º 052/2026 - SMIR: Trata-se de resposta da Secretaria Municipal da Mulher e Igualdade Étnico-racial à solicitação do CEPCT/PR realização de articulação para o planejamento e implementação de ação educativa voltada à apresentação das tradições e religiões de matriz africana e dos povos de terreiro nas escolas da rede municipal de ensino de Curitiba. A secretaria informou que tal solicitação excede a sua competência no âmbito da administração municipal, porém se demonstrou aberta para construção de ação conjunta e, para isso, solicitou que o CEPCT/PR informe acerca de sua capacidade técnica, operacional e da expertise das pessoas conselheiras para a implementação de ações dessa natureza, bem como apresente eventuais experiências semelhantes desenvolvidas em outros municípios do Estado, que possam servir de referência para o aprimoramento e consolidação da proposta.

Parecer da Câmara: Envio de ofício de retorno à SMIR a reiterar a necessidade expressa na solicitação, qual seja, a concessão de espaço e tempo para ação de promoção da diversidade religiosa por parte de religiões de matriz africana, tal qual ocorrido para outras

religiões. Informar ainda na resposta a expertise das representantes de povos de terreiro, indicando que esta competência não é condição para o exercício da atividade conselheira e sim, para a composição de equipe da secretaria gestora da política, no caso, a SEMIPI.

Parecer da Plenária: aprovado o parecer da câmara. **Protocolo 23.938.823-0.** Trata-se de solicitação para reserva de vaga à representantes de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM/PR, o conselho informou que há reserva de vagas para segmentos específicos e que a próxima eleição está prevista para junho de 2027, orientando que as entidades interessadas acompanhem os canais de comunicação do CEDM e se inscrevam. Quanto a inclusão de cadeira específica, para atender a demanda seria necessário alterar sua lei e adicionar mais um representante governamental para respeitar paridade, o que no momento não seria possível, no entanto destacaram que o conselho é um espaço aberto a todas as vozes que necessitarem e a participação será bem recebida, ainda se colocaram abertas ao diálogo interinstitucional, com realização de reuniões conjuntas e escutas qualificadas.

Parecer da Câmara: Ciente. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da câmara. **Protocolo 24.692.052-4.** Trata-se de sugestão do CEPCT/PR à Secretaria da Mulher Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná - SEMIPI para criação de um Comitê Técnico Consultivo de Povos de Terreiro, com abertura de edital de chamamento para representações do segmento. A secretaria em questão se manifestou favorável à abertura do edital e criação do comitê. **Parecer da Câmara:** Ciente. **Parecer da Plenária:**

aprovado o parecer da câmara. **Protocolo 25.260.985-7.** Trata-se de complementação da informação sobre políticas públicas voltadas a Povos e Comunidades Tradicionais pela Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que havia mandado informação anteriormente, mas também reencaminhou o pedido às universidades estaduais sob sua alçada solicitando informações sobre iniciativas de ensino, pesquisa e extensão relacionadas aos segmentos. Com as respostas das universidades a secretaria sistematizou os projetos em tabela presente no protocolo, pode-se observar que todos os projetos apresentados são voltados para o segmento de povos indígenas. **Parecer da Câmara:** Encaminhar ofício às Instituições de Ensino Superior que são sediadas no Paraná quanto ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas a Povos e Comunidades Tradicionais. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da câmara.

Protocolo 25.362.608-9. O CEPCT/PR solicitou que a Secretaria Estadual do Trabalho,

Qualificação e Renda - SETR complementasse as informações fornecidas a respeito das políticas voltadas a PCT's no âmbito da mesma, com dados gerais e qualificados a respeito de segmento, gênero e abrangência territorial. A SETR forneceu uma planilha com os dados gerais sobre trabalhadores indígenas do estado e informou que os dados qualificados dependem do preenchimento das informações no sistema por parte dos usuários. **Parecer da Câmara:** Enviar novo ofício à SETR a apresentar o conjunto de PCTs presentes no estado e solicitar os dados relativos a ações para este segmento, para além das já relatadas. Solicitar complementarmente a apresentação dos dados que são solicitados no sistema para preenchimento a indicar a necessidade de inclusão de dados sobre PCTs. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da câmara. **Protocolo: 25.363.023-0.** Trata-se de solicitação do CEPCT/PR ao CEDM/PR para inclusão de representante PCT's no Comitê de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, assim como criação de câmara técnica específica às mulheres desse segmento. O conselho da mulher informou que a câmara não está sob sua responsabilidade, mas da Diretoria da Mulher, foi proposto a realização de reunião de diálogo institucional entre o CEDM/PR e o CEPCT/PR. **Parecer da Câmara:** Ciente do retorno. Formalizar solicitação à Diretoria da Mulher de composição da câmara técnica das mulheres PCTs tão logo se conclua o trabalho da câmara das mulheres indígenas. **Parecer Plenária:** aprovado o parecer da câmara. **6.2 - Câmara de Território, Direito Socioambiental e Segurança. CLPI Ilha do Mel:** E-mail encaminhado ao CEPCT/PR pelo Instituto Água e Terra solicitando a manifestação do conselho em reconhecimento da regularidade da execução da consulta por parte do órgão e atestando que o conselho está fazendo o devido acompanhamento. **Parecer da Câmara:** Envio de ofício do CEPCT/PR a formalizar o reconhecimento da regularidade da CLPI. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da câmara. **Protocolo 23.408.360-0 Informação Processual N.º 025/2026 /PR 407 - IAT.** O órgão faz uma breve descrição dos protocolos que tratam do licenciamento ambiental da obra, especialmente quanto a comunidades no raio de impacto, informou que até o presente momento a comunidade da qual eles têm conhecimento é a Terra Indígena Sambaqui. Por fim informaram que não receberam o requerimento de licenciamento para a obra de ampliação e que enviaram um termo de referência a empresa em questão solicitando a realização do mesmo, o órgão recomendou que o CEPCT/PR recolha informações sobre a identificação de impactos ambientais e sociais indicados pelo parecer técnico que

fundamentou Autorização de Operações da Obra pelo IBAMA. **Parecer da Câmara:** Em relato da representação da comunidade caiçara de Guaraguaçu informou a realização de visita e diálogo por parte da empresa e a reformulação do projeto em andamento, estando a comunidade a aguardar o retorno do novo projeto em construção. **Parecer da Plenária:** Ciente. **Protocolo 24.665.819-6:** Trata-se de solicitação do CEPCT para realização de Consulta Livre, Prévia e Informada nas comunidades com potencial de impacto em função da duplicação das PRs - 407 e 412, o órgão faz uma explanação dos protocolos relacionados ao assunto e dos procedimentos que foram executados com os órgãos e comunidades envolvidas, destacaram que o setor de Rodovias fará consulta ao jurídico se deve realizar CLPI, de modo intempestivo, para atender o solicitado pelo CEPCT no protocolo, visto que as comunidades não haviam sido claramente catalogadas como comunidade tradicional, logo não havia clareza da obrigatoriedade da realização da consulta. **Parecer da Câmara:** Envio de ofício a indicar que o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais como tal ocorre por outros mecanismos, não decorrendo de catálogo e que a partir da inclusão no novo código de licenciamento ambiental o Estado recomenda a realização de CLPI. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da câmara. **Ofício N° 280/2026.** Trata-se de comunicação feita pelo Instituto Água e Terra com minuta de Decreto Estadual que visa a regulamentação dos territórios quilombolas no programa ICMS Ecológico e a inclusão dos territórios no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Áreas Especialmente Protegidas (CEUC). **Parecer da Câmara:** Em diligência. A Secretaria Executiva fará o encaminhamento da documentação ao conjunto de pessoas conselheiras para subsidiar análise qualificada. A discussão sobre o documento e o posicionamento do CEPCT ocorrerá em reunião extraordinária a ser realizada em maio para esta finalidade. Envio de retorno ao IAT indicando a providência e o agendamento. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da câmara. **Despacho/Decisão do TRF4:** Trata-se de solicitação do CEPCT/PR para paralisação de atividades de penhora em território quilombola, o órgão frisou que as atividades foram suspensas devido a impossibilidade de delimitação do perímetro do terreno da parte acusada. **Parecer da Câmara:** Ciente. **Parecer da Plenária:** Ciente. **Ofício 151/2026 - Comissão dos Povos Originário OAB** Trata-se de solicitação do CEPCT/PR de acompanhamento da referida comissão aos desdobramentos dos processos da Ação AIFA, o órgão reafirmou seu compromisso com as comunidades e manifestou

concordância com a realização de reunião institucional conjunta para definição de estratégias jurídicas e institucionais; o acompanhamento técnico do caso pelos órgãos mencionados; a realização de visita in loco às comunidades, a fim de garantir escuta qualificada e verificação direta da situação relatada. **Parecer da Câmara:** Envio de informações da representação de caiçaras à OAB. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da câmara. **Protocolo 25.647.665-7.** Trata-se de solicitação do MPPR de informação do CEPCT/PR se houve acompanhamento ou solicitação de auxílio por parte dos grupos tradicionais da Ilha do Mel quanto à referida vaga no Conselho Comunitário Consultivo da Ilha do Mel (CCCIM). **Parecer da Câmara:** Envio de ofício a indicar o acompanhamento. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da câmara. **Ofício n.º 1882/2026/GAB.SNDH//MDHC.** O CEPCT/PR solicitou ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania que medidas complementares para certificar a segurança de defensores dos direitos humanos integrantes de segmento de povos e comunidades tradicionais. O órgão forneceu informações a respeito do seu programa de proteção a defensores dos direitos humanos e reconheceu as complexidades quanto a PCT's, informou que as demandas foram compartilhadas com as demais instâncias técnicas para que sejam estudadas formas de aprimoramento das medidas de segurança. **Parecer da Câmara:** Ciente. Envio de novo ofício a solicitar que o MDHC informe as medidas de aprimoramento apresentadas pelas instâncias técnicas. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da câmara. **6.3 - Câmara de Saúde Infraestrutura e Território. Memorando 1.819/2026:** Trata-se de resposta da Prefeitura de Palmas quanto a pavimentação da rua principal da Comunidade Quilombola Castorina Maria Conceição, informando que a obra foi iniciada em 09/10/2025, acompanhado de cópia do contrato de concessão da obra. **Parecer da Câmara:** A representação quilombola relatou a conclusão da obra, indicando que foi feita apenas a entrada de Quilombo Castorina, indicando a necessidade de conclusão de pavimentação de toda a estrada, até a ponte do Rio Caldeira. Solicitar a complementação de informação relativa ao loteamento para possibilitar análise da demanda. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da câmara. **Protocolo 23.765.256-8:** Trata-se de relato por parte da Prefeitura de Palmas do andamento do processo de construção de UBS no Quilombo Adelaide, informando que, até então, os recursos direcionados à obra ainda não haviam sido liberados pelo estado e, portanto, não há possibilidade de informações sobre calendário e execução, indicando o registro da

movimentação feita pelo município para habilitação da obra. **Parecer da Câmara:** Solicitar ao MP informações quanto ao TAC e providências. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da câmara. **Protocolo 24.784.110-5:** Trata-se de solicitação de retirada de cascalho do Rio Tagaçaba para pavimentação de estrada na região de Guaraqueçaba, o órgão afirmou não ter recebido a solicitação formal e que uma vez feita há um prazo de 90 dias para análise do pedido. A resposta é de 03 de março de 2026, em contato com o conselheiro responsável pela solicitação a equipe da secretaria executiva recebeu um protocolo que foi aberto pelo engenheiro proponente em 17 de março de 2026. **Parecer da Câmara:** aguardar retorno do IAT. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da câmara. **Protocolo 24.891.946-9:** Trata-se de solicitação do CEPCT/PR à Secretaria Estadual de Saúde - SESA para apoio ao projeto Barco Saúde Única, que faz atendimento à animais em territórios tradicionais do litoral, a secretaria informou que está em tramitação celebração de Termo de Cooperação Técnica entre SESA e o projeto mencionado. **Parecer da Câmara:** Ciente. **Parecer da Plenária:** Ciente. Antes do intervalo para almoço, a plenária deliberou pela inversão da ordem de apreciação da pauta, em razão da necessidade de reorganização dos trabalhos e da previsão de apresentações a serem realizadas no período vespertino. Na oportunidade, foi apreciado o ponto referente ao Fórum Paranaense de Turismo Religioso. **17) Fórum Paranaense de Turismo Religioso:** A Presidente Laysmara relatou que, embora o CEPCT/PR tenha indicado representações para acompanhar as discussões relacionadas ao tema junto à Secretaria de Estado do Turismo, o Conselho não foi comunicado acerca da realização do Fórum ocorrido no município de Jacarezinho. Considerando a relevância da temática para os segmentos de benzedeiros e benzedoras e povos de terreiro. **Parecer da Plenária:** Resgatar a formalização da indicação da representação do Conselho enviada à SETU e encaminhar ofício do CEPCT à SETU a registrar a ausência de convite a sua representação e solicitar inclusão de sua representação nas comunicações e ações futuras do Fórum com o registro dos segmentos de povos de Terreiro e Benzedoras como diretamente afetados pelas ações do Fórum. Concluída a apreciação do ponto, houve a suspensão dos trabalhos para intervalo de almoço, com previsão de retomada da reunião no período da tarde. Às 13 horas e 30 minutos, constatada a manutenção do quórum regimental, a Presidência declarou reabertos os trabalhos da Plenária Ordinária, dando continuidade à apreciação dos pontos de pauta iniciados no período matutino. Os pontos

de pauta relativos à dragagem na Baía de Paranaguá e às consultas relacionadas ao empreendimento foram apreciados conjuntamente. **13) Dragagem na baía de Paranaguá - CLPI e 27) Reunião sobre a dragagem do Canal de Paranaguá e respectiva Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI):** Na oportunidade, o sociólogo Luís Henrique Zanon Franco de Macedo, consultor responsável pela condução dos estudos sociais vinculados ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento, apresentou informações gerais sobre o projeto portuário, sua localização, características operacionais, estudos ambientais realizados e a previsão de realização de processos de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) junto às comunidades tradicionais potencialmente impactadas. Durante o debate, as pessoas conselheiras manifestaram preocupação quanto à metodologia inicialmente adotada para a condução das consultas, destacando a necessidade de observância dos procedimentos previstos na Convenção n.º 169 da OIT, especialmente quanto à identificação das comunidades atingidas, ao reconhecimento dos protocolos e planos de consulta existentes e ao protagonismo das próprias comunidades na definição dos processos consultivos. Foi ressaltada a distinção entre consulta pública e Consulta Livre, Prévia e Informada, bem como a necessidade de revisão das estratégias até então adotadas para adequação aos parâmetros legalmente exigidos. Também participaram do debate representantes do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – NUPIER, que manifestaram interesse em acompanhar o processo, bem como representantes das comunidades tradicionais da região, que contribuíram com informações sobre os territórios potencialmente impactados e sobre a importância da participação direta das comunidades e de suas organizações representativas. **Parecer da plenária:** Aprovada deliberação que constitui comissão temporária de acompanhamento da CLPI pela CEPCT com representação da sociedade civil por Suely Alipio dos Santos, Conceição Vieira Ramos Constante e Claudio de Andrade Corrêa e governamental por Hayanne Giovana Iovanovitch, Ellen Cunha do Nascimento e Dhyeisa Lumena Rossi; tendo o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial da Defensoria Pública do Estado do Paraná – NUPIER/DPE-PR como membro convidado. Em razão da presença dos convidados, a plenária deliberou pela inversão da pauta para apreciação do ponto referente à apresentação do projeto “Campanha Cultura da Vida”. **10) Apresentação do projeto “Campanha Cultura da Vida”:** A apresentação foi introduzida pela Conselheira Hayanne Giovana Iovanovitch,

que contextualizou a parceria institucional, decorrente de acordo de cooperação entre a Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI e o Instituto Pluribrasil, e seus objetivos. Foi destacada a proposta de desenvolvimento de ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas junto aos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. Na sequência, o antropólogo Igor Shimura, presidente do Instituto Pluribrasil, apresentou o histórico da iniciativa, relatando que a proposta surgiu a partir de demandas identificadas em comunidades tradicionais e de experiências anteriormente desenvolvidas em outros estados. Explicou que o projeto possui vigência de 24 meses e busca promover ações educativas voltadas à prevenção do uso abusivo de substâncias psicoativas, contemplando crianças, adolescentes, adultos e lideranças comunitárias dos diversos segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. Também foram apresentados os materiais pedagógicos produzidos pela iniciativa e as experiências já desenvolvidas junto a comunidades ciganas no Estado. Complementando a apresentação, a Conselheira Hayanne esclareceu que o papel da SEMIPI no acordo de cooperação consiste na articulação institucional junto aos municípios e às redes locais de proteção social, saúde e educação, visando aproximar os serviços públicos das comunidades atendidas e facilitar o encaminhamento de demandas eventualmente identificadas durante a execução das ações. Durante o debate, a Conselheira Lucimar, representante da SESA, parabenizou a iniciativa e ressaltou a importância da articulação com a rede pública de saúde, destacando que o cuidado relacionado ao uso abusivo de álcool e outras drogas deve envolver toda a Rede de Atenção à Saúde – RAPS, especialmente a Atenção Primária à Saúde e as equipes de Saúde da Família, não se restringindo aos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. Em resposta, Igor e a equipe da SEMIPI informaram que a proposta da campanha prevê justamente a articulação com os serviços municipais e a construção de fluxos de encaminhamento junto às redes locais de atendimento. O Conselheiro Cláudio destacou a preocupação com o aumento do consumo de álcool e outras drogas entre adolescentes e jovens de comunidades tradicionais do litoral, especialmente na Ilha Rasa, em Guaraqueçaba, sugerindo que as ações do projeto sejam desenvolvidas também no ambiente escolar, em parceria com as escolas municipais e estaduais presentes nos territórios. Em resposta, a equipe da SEMIPI e o Instituto Pluribrasil manifestaram disponibilidade para construção de agenda junto à comunidade e às instituições de ensino locais, adequando a metodologia às

necessidades apontadas pelas lideranças comunitárias. **Parecer da Plenária:** Ciente da apresentação do Projeto "Campanha Cultura da Vida", com manifestação de interesse das representações comunitárias na realização de ações junto aos respectivos territórios e instituições de ensino. **8) Plano estadual de povos e comunidades tradicionais do Paraná:** A plenária apreciou a apresentação da metodologia de elaboração dos Planos Estaduais de Promoção da Igualdade Racial, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais, conduzida por representantes da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI. Foi informado que os três planos serão construídos a partir de metodologia unificada, estruturada em grupos de trabalho temáticos, comitê de escrita composto pela SEMIPI e UNESPAR, etapas de construção participativa, socialização, consulta pública, monitoramento e avaliação. Também foram apresentados o cronograma de execução, a composição dos grupos de trabalho e os mecanismos previstos para acompanhamento e monitoramento da implementação dos planos. Durante o debate, as pessoas conselheiras discutiram a composição dos grupos de trabalho, a participação de órgãos estaduais, federais e instituições parceiras, bem como a necessidade de garantir que as propostas aprovadas nas conferências estaduais fossem adequadamente traduzidas em metas, indicadores e ações governamentais. Também foram prestados esclarecimentos quanto aos limites de competência do Plano Estadual, observadas as responsabilidades próprias dos entes federativos. Foram ainda debatidas questões relacionadas à governança do processo de elaboração dos planos, à participação dos Conselhos no acompanhamento dos trabalhos, à necessidade de fortalecimento do diálogo entre os conselhos vinculados à DIRPCT e à importância de assegurar que a atual gestão acompanhe a conclusão do processo de construção do Plano Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais, considerando sua participação desde as etapas preparatórias e conferenciais. Também foi destacada a relevância da realização de momento presencial para apreciação das versões consolidadas dos documentos e de agenda conjunta entre os conselhos para discussão dos planos antes de sua submissão à consulta pública. **Parecer da plenária:** Indicação da representação do CEPCT pelas Conselheiras Laysmara e Silvana, sem indicação da representação governamental que já se encontra representada nos grupos; Indicação da necessidade de extensão do mandato dentro do prazo regimental, de modo a viabilizar a conclusão da entrega da construção do plano pela gestão 2024-2026 que iniciou o processo; e

Solicitação de que a conclusão da etapa 2, prevista para 01/09, ocorra de modo presencial com a participação das conselheiras representantes. **9) Reunião interconselhos dos conselhos de povos racializados vinculados à DIRPCT – CEPI, CONSEPIR e CEPCT:** A plenária retomou o debate acerca da necessidade de fortalecimento da articulação institucional entre o Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná – CEPCT/PR, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná – CEPI/PR e o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR. No contexto da elaboração dos Planos Estaduais e considerando a convergência de pautas afetas aos três colegiados, foi destacada a importância da construção de agenda conjunta para acompanhamento, debate e apreciação de temas de interesse comum. **Parecer da plenária:** Envio de recomendação do CEPCT ao CEPI e ao CONSEPIR de construção de agenda conjunta para debate e aprovação dos planos estaduais, com sugestão de data para a conclusão do prazo do passo 1 da etapa 3 a partir de 02/10. A Presidenta Laysmara propôs a apreciação conjunta dos seguintes pontos considerando tratar-se de temas relacionados ao acompanhamento de protocolos, ofícios e encaminhamentos pendentes: **11) Participação dos suplentes nas reuniões presenciais; 12) Curso de Direitos Étnico e Coletivo – IFPR; 18) Ausência de resposta do IAT das demandas (SEUC, Fiscalização, ARESUR); 20) Situação das Comunidades Quilombolas de Palmas/PR; 21) Regularização fundiária e atuação do INCRA; 22) Acesso a políticas públicas essenciais nos territórios quilombolas; 23) Educação quilombola e implementação de diretrizes curriculares específicas; 24) Definição de encaminhamentos jurídicos e institucionais; e 29) Isenção de Taxas e Autorização de Prefeituras para Atividades Religiosas em Espaços Naturais (Praias e Cachoeiras):** A Presidenta Laysmara registrou preocupação com a ausência de retorno a diversas demandas deliberadas pelo Conselho e com fragilidades identificadas no acompanhamento institucional dos encaminhamentos aprovados pela plenária. Relatou a identificação de ofícios deliberados em caráter de urgência na reunião de agosto de 2025, referentes à proteção do Terreiro Cabana Pai Tomé e Maria Rosária, em Curitiba, e à situação do Quilombo Varzeão, que, embora elaborados e assinados, não haviam sido efetivamente encaminhados aos órgãos destinatários. Destacou que a situação evidencia a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento, controle e acompanhamento dos expedientes do CEPCT/PR, de modo a assegurar que as

deliberações aprovadas pelo colegiado produzam os efeitos institucionais esperados e recebam as devidas devolutivas dos órgãos acionados. Ressaltou a gravidade da situação, considerando os potenciais impactos sobre a proteção de direitos e a segurança das comunidades envolvidas. A Presidenta também mencionou a ausência de devolutiva acerca de demanda anteriormente encaminhada à SEMIPI relacionada à Conferência Nacional de Desenvolvimento Agrário, ressaltando a importância de assegurar respostas institucionais tempestivas às demandas apresentadas pelo Conselho. Na sequência, representantes governamentais, conselheiras e convidados debateram questões relacionadas à regularização fundiária, educação escolar quilombola, demandas dos faxinalenses junto ao IAT, acompanhamento de protocolos, qualificação das pautas submetidas ao colegiado e fortalecimento dos instrumentos de acompanhamento das deliberações, destacando-se a importância da objetivação das demandas e da criação de mecanismos permanentes de monitoramento dos encaminhamentos realizados pelo Conselho. **Parecer da plenária:** Construção e compartilhamento de planilha com todos os ofícios que chegam e saem do CEPCT a constar: número, conteúdo, data de envio, setor, devolutiva, organizado por ano, a partir de início de ano 2024; Construção de pauta permanente para constar nas câmaras e subsidiar o acompanhamento das demandas e dos andamentos em todas reuniões; Inclusão de ponto de pauta para a ordinária de junho para apresentação da secretaria executiva quanto aos dados de 2024 a 2026 nos despachos do conselho; Qualificação dos pedidos de pauta para inclusão nas reuniões, de modo a subsidiar adequadamente as discussões e os encaminhamentos do Conselho, ficando acordada a inclusão de debate junto aos segmentos para alinhamento prévio das demandas, objetivos e providências esperadas em cada pauta submetida à apreciação do CEPCT/PR. **16) PL Código Florestal (atualização da legislação florestal estadual):** A plenária debateu o Projeto de Lei do novo Código Florestal do Paraná e seus potenciais impactos sobre os Povos e Comunidades Tradicionais, especialmente diante de discussões anteriormente desenvolvidas pelo CEPCT/PR junto ao Instituto Água e Terra – IAT. Foi informado que o tema havia sido objeto de debate externo sem participação do Conselho, ressaltando-se a necessidade de aprofundamento da análise antes da definição de eventual posicionamento institucional. Considerando a relação da matéria com a minuta de Decreto Estadual encaminhada pelo IAT acerca dos territórios quilombolas no âmbito do ICMS Ecológico e do Cadastro Estadual de Unidades de

Conservação e Áreas Especialmente Protegidas – CEUC, a plenária concordou com a retirada do ponto da pauta ordinária e sua apreciação em reunião extraordinária específica. Durante o debate, também foi destacada a importância da produção de materiais de apoio em linguagem acessível para subsidiar a análise das pessoas conselheiras e ampliar o diálogo com os segmentos representados. **Parecer da plenária:** Organização de apoio técnico para apresentação dos materiais (PL e de Decreto Estadual encaminhada pelo IAT) em linguagem acessível à compreensão. **14) Podas de árvores na PR 405 (Município de Guaraqueçaba e Ilhas):** O Conselheiro Cláudio de Andrade Corrêa relatou recorrentes interrupções no fornecimento de energia elétrica em comunidades do litoral, atribuídas à insuficiência de podas preventivas da vegetação próxima à rede elétrica e à existência de postes antigos em condições precárias. Destacou que as ações da concessionária têm ocorrido predominantemente após a ocorrência de quedas de energia, sem a adoção de medidas preventivas adequadas. Durante o debate, as pessoas conselheiras registraram preocupações semelhantes em outros territórios e discutiram a necessidade de atuação dos órgãos fiscalizadores. **Parecer da plenária:** Envio de ofício à AGEPAR sobre as recorrentes interrupções no fornecimento de energia elétrica em comunidades tradicionais do litoral, com levantamento complementar de informações junto às representações da sociedade civil. **15) Coletas de resíduos (lixo) – Ilha do mel (Encantadas e Brasília):** A convidada Michele Gonçalves relatou problemas recorrentes na execução dos serviços de coleta e transbordo de resíduos sólidos nas comunidades de Encantadas e Nova Brasília, especialmente durante os períodos de alta temporada. Informou que, embora a fiscalização local tenha identificado irregularidades e aplicado medidas administrativas, persistem reclamações quanto ao acúmulo de resíduos, ao descumprimento das obrigações contratuais pela empresa responsável e à recorrência da contratação da mesma prestadora de serviços. Durante o debate, as pessoas conselheiras destacaram a relevância da adequada gestão dos resíduos para a proteção ambiental e para a qualidade de vida das comunidades residentes na Ilha do Mel. **Parecer da Plenária:** Envio de ofícios aos órgãos competentes solicitando informações acerca da execução do contrato de coleta e transbordo de resíduos sólidos na Ilha do Mel, especialmente quanto ao cumprimento do Termo de Referência, às providências adotadas diante das irregularidades relatadas e aos mecanismos de fiscalização da empresa contratada. **26)**

Construção de Piers comerciais e industriais em Paranaguá: O Conselheiro Cláudio relatou preocupações quanto aos critérios adotados nos processos de licenciamento e fiscalização ambiental em territórios tradicionais do litoral, apontando percepção de tratamento desigual entre comunidades tradicionais e empreendimentos privados instalados na região. Destacou dificuldades enfrentadas pelas comunidades para obtenção de autorizações e realização de pequenas intervenções necessárias aos seus modos de vida, em contraste com intervenções de maior impacto ambiental realizadas por empreendimentos privados. Durante o debate, também foram registradas preocupações quanto ao acompanhamento de demandas anteriormente apresentadas ao Instituto Água e Terra – IAT. **Parecer da Plenária:** Envio de questionamento ao IAT acerca dos critérios adotados nos processos de licenciamento ambiental e fiscalização de empreendimentos e comunidades tradicionais, diante das desigualdades percebidas pelas representações comunitárias em relação ao tratamento das demandas apresentadas. **25) Flutuantes de Porto Rico:** O Conselheiro Ailton relatou preocupações quanto à instalação e ampliação de estruturas flutuantes em ilhas do Rio Paraná, apontando possíveis impactos ambientais decorrentes da ocupação por pessoas não residentes, incluindo geração de resíduos, lançamento de efluentes e utilização intensiva das áreas para fins recreativos. Destacou a percepção de insuficiência das ações de fiscalização pelos órgãos competentes e relatou a existência de denúncias anteriormente apresentadas pelas comunidades. Durante o debate, as pessoas conselheiras discutiram a necessidade de acompanhamento institucional da situação e de obtenção de informações acerca das providências adotadas pelos órgãos responsáveis. **Parecer da Plenária:** Envio de questionamento ao IAT acerca das ações de fiscalização relacionadas à instalação de estruturas flutuantes e demais ocupações em ilhas do Rio Paraná, bem como solicitação de informações ao ICMBio sobre as denúncias já apresentadas pelas comunidades e as providências adotadas em relação ao caso. **28) Cobrança de pedágio no quilombo da restinga:** A Conselheira Rosemary apresentou preocupação quanto aos impactos da cobrança de pedágio sobre o deslocamento das comunidades quilombolas localizadas no Município da Lapa, destacando os possíveis reflexos sobre o acesso ao território e a serviços essenciais. Durante o debate, as pessoas conselheiras discutiram aspectos relacionados ao regime de concessão rodoviária e à necessidade de qualificação das informações antes da formalização da demanda. **Parecer da Plenária:** Levantar

informações complementares junto à representação quilombola e encaminhar ofício aos órgãos competentes solicitando esclarecimentos acerca dos impactos da concessão rodoviária e da cobrança de pedágio sobre as comunidades quilombolas afetadas. **30) Demandas do município de Lapa - Faxinal Mato Preto Paiol:** O Conselheiro João apresentou demandas relacionadas ao Faxinal Mato Preto Paiol, relatando preocupações quanto à aplicação dos recursos vinculados ao ICMS Ecológico recebidos pelo Município da Lapa em razão da existência da comunidade faxinalense, bem como dificuldades relacionadas à instalação e manutenção dos mataburros, estruturas consideradas fundamentais para a preservação da organização territorial e dos usos coletivos característicos dos faxinais. Durante o debate, as pessoas conselheiras destacaram a importância do acompanhamento institucional da situação, do levantamento do histórico das providências já adotadas pelo CEPCT/PR e da verificação dos encaminhamentos anteriormente realizados junto ao IAT e demais órgãos competentes. Representantes do NUPIER informaram acompanhar a situação e colocaram-se à disposição para compartilhar informações e documentos relacionados ao caso. **Parecer da Plenária:** Envio de ofício à Prefeitura da Lapa solicitando informações sobre as demandas da Comunidade Tradicional Faxinal Mato Preto, especialmente quanto aos mataburros e às condições de acesso ao território. **31) Encerramento:** A Presidenta Laysmara Carneiro Edoardo agradeceu a participação das pessoas conselheiras, convidadas e equipe de apoio, destacando a produtividade dos trabalhos desenvolvidos ao longo da reunião. Informou a realização de reunião extraordinária no mês seguinte para apreciação de pautas específicas e reforçou a previsão de realização da próxima reunião ordinária presencial em junho. Não havendo mais assuntos a tratar, declarou encerrada a reunião. A presente ata foi lavrada por Gloria Cardozo, Secretária Executiva do Conselho e Assessora da Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa - SEMIPI. Após a aprovação será publicada no DIOE e disponibilizada no site do CEPCT/PR.